

ATA DA 332ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Realizada em 12 setembro de 2016

No dia 12 de setembro de 2016, às treze horas, no CEDCA/PE, localizado na Rua Correia de Araújo, nº 93, Graças, Recife, PE, foi realizada a tricentésima trigésima segunda Assembleia do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros (as): Hemi Monique Vilas Boas de Andrade, titular do **Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco - CIEE/PE**; Lourdes Viana Vinokur, titular do **Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor - CEDAPP**; Evanilson Alves de Sá, suplente da **Secretaria de Educação - SEE/PE**; José Rinaldo Carvalho, titular; Silvan Ataíde, suplente da **Secretaria de Defesa Social - SDS/PE**; Eliane Castro da **Inspetoria Salesiana do Nordeste do Brasil - ISNEB**; Ana Lúcia Gusmão Brindeiro da **Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH/PE**; Patrícia Almeida, titular e Edna Diniz, suplente da **Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG**; Arnaldo Garcia de Alencar Sampaio, titular da **Associação de Karatê Goju-Ryu de Pernambuco - AKGPE**; Ricardo Oliveira, titular e Natuch Lira suplente do **Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - CENDHEC**; Daniel Pereira Barros, titular e Naila Soares, suplente da **Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ/PE)**; Gabriela Moura, titular e Danielle de Belli Claudinho, suplente do **Gabinete do Governador**; Romero José da Silva, titular do **Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Populares - GAJOP**; Maria Francisca Carvalho, titular da **Secretaria de Saúde - SEAS/SES**. Registra-se a presença da Diretora Executiva Rosa Barros e da equipe técnica do CEDCA: Márcia Santos, Gicélia Souza, Jacqueline Bezerra, Irani Carmo, Ana Leão, José Clemente da S. Neto, Ana Elizabeth H. de Castro, João Vianey, Kalline Gabrielle da Silva. Convidados: Cândido Pereira e Rafael da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG; Izaías Torquato da Visão Mundial; Nivaldo Pereira do Fórum DCA/PE; Joachim Merklein da Misereor; Silvino Nero da CEO/Moreno; Rodrigo Deodato do GAJOP/CECPT/PE; Pércio Negromonte, Simone Ferreira, Maria Lygia do MEPCT/PE. A presidente Lourdes Vinokur iniciou a assembleia cumprimentando a todos(as) e convidou a senhora Maria Lygia, representante do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco - MEPCT/PE para apresentar o Relatório Temático - Uma análise sobre as Unidades de Atendimento Socioeducativo de Medidas de Internação e de Internação Provisória foi explanada como foi realizada a elaboração, e de como eram agendadas as visitas nas Unidades da Funase. Foram visitadas as unidades Case Cabo de Santo Agostinho, Abreu e Lima, Caruaru, Vitória de Santo Antão, Garanhuns, Timbaúba e Casem Santa Luzia, o relatório informa sobre as condições estruturais, precariedade no atendimento socioeducativo e as violações de direito humano vivenciado pelos adolescentes e seus familiares nos momentos de visita. Após a apresentação a presidente Lourdes Viana abriu espaço para o debate. As perguntas eram feitas por blocos. Foram realizados questionamentos sobre a questão da violação do direito ao fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, uma vez que alguns adolescentes não estão cumprindo a medida socioeducativa em seu município e/ou estão distante destes, foi questionado sobre como era realizado o monitoramento e quais eram as soluções que eram indicadas para resolver os problemas das

rebeliões, e se o sistema judiciário já tinha tomando providências. Após este bloco de perguntas foi esclarecido pelos representantes do MEPCT/PE que são feitas recomendações com relação às violações de direitos, a relação com a justiça tinha alguns entraves e que são solicitados ofícios em resposta as demandas observadas, com relação as rebeliões, afirmaram não ter uma fórmula para evitar, no entanto pontuaram que as mesmas se agravam devido as torturas, ambiente desumano e cruel com que são tratados os(as) adolescentes, a ausência de atividades esportivas e plano sociopedagógico também foram evidenciadas. Sobre as mortes informaram que o Estado tem um centro para atender as famílias. Ressaltaram que o papel do mecanismo é de prevenção e que sentiram resistência para a visita de coleta dos dados, especificamente na unidade de Caruaru, inclusive essas visitas também eram realizadas à noite, no segundo bloco de perguntas foram feitos questionamentos sobre as mortes nas funases; se foram registrados BOs; e se estavam sendo acompanhadas pela polícia e pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos; qual seria o papel do CEDCA para a prevenção; e se o corpo técnico dessas unidades que apresentaram quadros de tortura foram demitidos; e como estes observam a superlotação, a falta de estrutura nas unidades, a situação de vulnerabilidade e insegurança para realização das aulas; Foram evidenciadas observações no que se refere a publicização do relatório, se já houve formação em direitos humanos e as visitas são realizadas por uma equipe multiprofissional, bem como qual o indicador para o monitoramento que garante que as solicitações foram atendidas pelas unidades. Após este bloco de perguntas foi esclarecido pela representante da SJDH/PE, que a atuação da SJDH tem sido propositiva, uma vez que esta participa do comitê de medidas socioeducativas de maneira atuante, e evidenciou a resolução 067/16 que foi elaborada a partir de um relatório em que a representante desta secretaria participou na visita à unidade de Abreu e Lima. Em seguida, os representantes do MEPCT/PE Ressaltou a importância do serviço prestado pelo balcão de direitos. Foi ressaltado que foram realizados BOs e os casos estão sendo acompanhados pela polícia. Sugere que outros órgãos participem nas formações dos ASEs; Evidencia a importância de uma equipe multiprofissional, onde as especificidades das violações de direitos identificadas nas unidades tenha um olhar multiprofissional e que não receberam capacitação em direitos humanos; informa ter registrado em visitas relato dos professores sobre insegurança na execução das suas atividades. Com relação aos indicadores foi esclarecido que o mesmo é identificado a partir das soluções respondidas nas solicitações e que são realizadas visitas para averiguar se de fato estas foram atendidas. Com relação a demissão dos ASEs que cometeram violências foi informado que este em alguns casos foram demitidos ou afastados, mas em sua maioria apenas respondem inquérito interno e continuam na atividade sentem-se desvalorizados em sua função e precisam de formação em direitos humanos. Após, a presidente informou sobre a resolução 067/16 e que esta já foi publicada em Diário Oficial e que será realizada uma assembleia ampliada convidando todos os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos responsáveis pela efetividade das medidas socioeducativas para discutirem sobre o plano de ação da referida resolução.

Assunto: Funase – Deliberação: Formalizar ofício para audiência com o governador, inclusive com histórico das últimas reuniões com os chefes de gabinete; Apresentar na última assembleia de 2016 a avaliação e monitoramento do Plano de medidas socioeducativa de Pernambuco – eixo 5; Solicitar informações sobre agenda do balcão de direitos; Solicitar a Funase plano de formação dos ASEs e grade curricular. A comissão do Prêmio Márcia Dangremon apresentou a foto que foi escolhida para fazer o banner da entrega do 8º Prêmio Márcia Dangremon informou sobre o regulamento,

99 já estava sendo revisitado e seria apresentado, posteriormente, bem como os critérios
100 para a premiação, orçamento e programação do evento. **Informes:** Inauguração da
101 nova sede da Escola de Conselhos e lançamento do projeto da Escolinha de
102 Conselhos – dia 13/10/16 na UFRPE às 15h; Audiência com o MP agendada para o
103 dia 13/09/16 – Convida conselheiro (as) a participarem. Em seguida a presidente
104 agradece a todos (as) a presença encerrando a assembleia.
105 Lourdes Viana Vinokur
106